

PCA 2003



II - Relatório de Gestão

ÍNDICE
RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	01
1 - GESTÃO OPERACIONAL	02
1.1 - Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional	02
1.2 - Público Alvo	08
1.3 - Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática	10
1.3.1 – Organização por Programas	10
1.3.1.1 – Adequação ao Gerenciamento por Programas	10
1.3.1.2 – Inserção da Organização na Orientação Estratégica	11
1.4 – Indicadores Relevantes	13
1.4.1 – Indicador de Desempenho Institucional	13
1.4.1.1 – Conceito	13
1.4.1.2 – Resultados	14
1.4.2 - Indicador do Programa Abastecimento de Energia Elétrica	14
1.4.2.1 – Conceito	14
1.4.2.2 – Resultado	15
1.4.3 - Indicador do Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	17
1.4.3.1 – Conceito	17
1.4.3.2 – Resultado	17
1.5 – Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais	19
1.5.1 – Programação das metas	19
1.5.1.1 - Programa Abastecimento de Energia Elétrica	19
1.5.1.1.1 - Autorização e Concessão de Geração de Energia	19
1.5.1.1.2 - Autorização e Concessão de Transmissão de Energia Elétrica	19
1.5.1.1.3 - Concessão de Distribuição de Energia Elétrica	20
1.5.1.1.4 - Inventário dos Potenciais de Energia Hidráulica	20
1.5.1.1.5 - Estudos Hidroenergéticos	21
1.5.1.1.6 - Regulação dos Serviços de Energia Elétrica	21
1.5.1.2 - Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	22
1.5.1.2.1 – Fiscalização das Centrais Geradoras de Energia Elétrica	22

1.5.1.2.2 – Fiscalização das Concessionárias de Transmissão e de Distribuição de Energia Elétrica	22
1.5.1.2.3 – Campanha Educativa sobre Direitos e Deveres dos Consumidores de Energia Elétrica	23
1.5.1.2.4 – Operação e Manutenção do Sistema de Ouvidoria	23
1.5.1.2.5 – Implantação de Registradores Automáticos para Medição da Qualidade dos Serviços	23
1.5.1.2.6 – Publicidade de Utilidade Pública	23
1.5.2 – Execução das Metas	23
1.5.2.1 – Programa de Abastecimento de Energia Elétrica	25
1.5.2.1.1 - Autorização e Concessão de Geração de Energia Elétrica	26
1.5.2.1.2 - Autorização e Concessão de Transmissão de Energia Elétrica	43
1.5.2.1.3 - Concessão de Distribuição de Energia Elétrica	50
1.5.2.1.4 - Inventário dos Potenciais de Energia Hidráulica	53
1.5.2.1.5 – Estudos Hidroenergéticos	54
1.5.2.1.6 - Regulação dos Serviços de Energia Elétrica	55
1.5.2.2 - Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	64
1.5.2.2.1 – Fiscalização das Centrais Geradoras de Energia Elétrica	64
1.5.2.2.2 - Fiscalização das Concessionárias de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	66
1.5.2.2.3 - Campanha Educativa sobre Direitos e Deveres dos Consumidores de Energia Elétrica	72
1.5.2.2.4 - Operação e Manutenção do Sistema de Ouvidoria	72
1.5.2.2.5 - Implantação de Registradores Automáticos para Medição da Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica	73
1.5.2.2.6 - Publicidade de Utilidade Pública	74
1.5.3 – Outras Informações	76
1.5.3.1 - Convênios de Descentralização	76
1.5.3.2 - Acordos de Cooperação	78
1.5.3.2.1 - Parcerias e Ações Institucionais	78
1.5.3.2.2 - OMM – Organização Meteorológica Mundial	78
1.5.3.2.3 - Projeto PNUD BRA/98/019	79
1.5.3.2.4 - Convênios com Órgãos Ambientais	80
1.6 – Resultados – Incidência Social	81

1.6.1 - Programa de Universalização do Acesso à Energia Elétrica	81
1.6.2 - Subvenção Econômica a Unidades Consumidoras Baixa Renda no Brasil	81
1.6.3 – Regulamentação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE	82
1.6.4 – Efeitos Sociais dos Empreendimentos de Geração	83
1.6.5 – Efeitos Sociais das Atividades relativas a Recursos Hídricos	84
1.6.6 - Efeitos sociais dos empreendimentos de transmissão	86
1.6.7 - Mecanismos de Atendimento e Consulta à Sociedade	87
1.6.7 - Compromissos Complementares na área de Relações Institucionais	91
2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – METAS FISCAIS	93
2.1 – Ocorrências na programação orçamentária	93
2.1.1 - Orçamento aprovado	93
2.1.2 - Evolução das Receitas no Período 2000-2003	93
2.1.3 - Origem dos Recursos – Exercício de 2003	95
2.2 – Ocorrências na execução orçamentária	95
2.2.1 – Contingenciamentos	95
2.2.2 - Orçamento ajustado por Programa	96
3 – GESTÃO FINANCEIRA	99
3.1 - Resultados Esperados versus Execução	99
3.1.1 – Execução Total da Agência Incluindo Pessoal	99
3.1.2 – Execução com Pessoal	99
3.1.3 – Execução Orçamentária e Financeira - Excluindo Pessoal	100
3.1.3.1 - Limite de Empenho	100
3.1.3.2 – Limite Financeiro	100
3.1.3.3 - Execução de Diárias e Passagens	100
3.1.3.4 – Inscrição em Restos a Pagar de Projetos e Atividades	100
3.1.3.5 – Total de Inscrição em Restos a Pagar - 2003	100
3.1.4 - Análise da Execução Financeira por Programa	102
3.2 – Análise das inexecuções	103
3.2.1 - Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	103
3.2.1.1 - Execução física e financeira consolidada	106
3.2.2 – Programa de Abastecimento de Energia Elétrica	108
3.2.2.1 - Execução Física e Financeira Consolidada	110



4 – GESTÃO PATRIMONIAL	112
4.1 – Adequação de perfil e dos quantitativos	112
4.2 – Atualização Tecnológica	112
5 – GESTÃO DE PESSOAS	113
5.1 – Gastos com remuneração/manutenção	114
5.2 – Ações de valorização do servidor	114
5.3 – Terceirização de mão-de-obra	118
5.3.1 - Terceirização dos serviços de apoio administrativo	118
5.3.2 - Terceirização dos serviços técnicos especializados de informática	118
6 – GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS	120
6.1 – Despesas com contratações	120
6.1.1 – Licitações	120
6.1.2 – Contratos	120
6.2 – Despesa com convênios e parcerias	120
6.3 – Gestão dos estoques	121
7 – PROCESSOS DE CONTROLE	122
7.1 - Processos do Controle Parlamentar	122
7.2 - Processos de Controle Interno	123
7.2.1 - Atuação da CGU / SFC - Recomendações implementadas no exercício	123
7.2.2 - Contrato de Gestão	124
7.2.2.1 - Histórico e evolução do instrumento	124
7.2.2.2 – Novo contexto, novo paradigma	126
8 - OUTRAS CAUSAS DE INEXEÇÕES	130
8.1 - Programa de Abastecimento de Energia Elétrica	130
8.2 - Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	133



Mensagem da Alta Administração

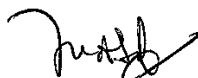
Em 2003, as agências reguladoras tiveram sua autonomia e independência contestadas. Foi um ano em que as agências, e em particular a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estiveram no centro dos debates sobre a matéria. A ANEEL emergiu dessa discussão reconhecida, por políticos, agentes do setor e pela opinião pública, em geral, como um órgão de importante atuação na defesa do interesse público no seu campo de atuação específico, o setor elétrico.

O debate em torno do papel e das atribuições das agências permitiu uma ampla reflexão sobre os resultados da atuação desses novos personagens da cultura administrativa brasileira. Ao final, terminaram reafirmados como fundamentais para regular a prestação de serviços públicos no Brasil, nos quais a iniciativa privada atua junto com o Governo em setores essenciais da economia, em um ambiente de competição. Essa discussão permitiu, também, a ampliação do diálogo das agências com diversos setores da sociedade brasileira, na medida em que possibilitou a identificação de oportunidades de aperfeiçoamento, que certamente resultarão na melhoria da qualidade do atendimento ao consumidor. No caso específico da ANEEL, as várias audiências públicas sobre a revisão tarifária realizadas em todo o País, em 2003, também contribuíram muito para aproximar a Agência dos consumidores.

No campo da regulação e da fiscalização, o forte contingenciamento orçamentário e financeiro imposto à ANEEL impediu a realização de muitas das ações por ela previstas e se refletiu, em cadeia, nas atividades das agências estaduais descentralizadas, na medida em que os recursos a elas repassados ficaram muito aquém das suas necessidades. No plano interno da Agência, as atividades de capacitação profissional foram paralisadas, em detrimento da qualidade e da atualização do quadro de pessoal da ANEEL. Em que pesem essas restrições no campo da gestão e nas suas atividades-fim, a Agência aprovou várias resoluções normativas, conseguiu levar a cabo importantes realizações em prol do interesse público e testemunhou o acréscimo de 4.000 MW de novas usinas e 4.980 quilômetros de novas linhas de transmissão ao sistema elétrico nacional, frutos de empreendimentos por ela outorgados em anos anteriores, imprescindíveis para assegurar a expansão da oferta de energia em quantidade e qualidade suficiente para todos os brasileiros.

Mas ainda que tenha conseguido dar conta de sua missão em 2003, a ANEEL, já em seu sexto ano de vida, ainda padece da falta de um quadro de pessoal permanente, o que representa uma dificuldade adicional importante na consecução das suas atribuições legais. Somente no final de 2003 é que a edição da Medida Provisória nº 155 autorizou as agências reguladoras a realizarem concurso público para a formação de seus quadros permanentes. Além disso, temos outros importantes desafios como a redução da assimetria de informações, a ampliação da participação da sociedade e a consolidação da ainda jovem cultura da regulação em nosso País.

Assim, buscando superar essas adversidades, a Agência Nacional de Energia Elétrica tem conseguido cumprir sua missão de proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. E cumprindo uma obrigação e praticando uma de suas crenças mais profundas, disso presta contas tanto aos organismos de controle interno e externo quanto à sociedade em geral.



JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO
Diretor-Geral